ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), no período das 09h às 12h, de forma virtual pela plataforma Teams. Participaram os conselheiros titulares e suplente como segue: Lúcia de Fátima Chibantes Fortes (SES), Ana Carolina Soares S. Gonçalves (CVS), Sara Gonçalves Orsi (CRS), Raul Machado Tiltscher (DENARC), Cap. Nelson Cesar Rosa Vieira (PROERD), Marilena Camargo (FUSSP), Rogério Augusto da Silva (PGE), Marcos Paulo de Oliveira Alves e Vera Lucia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Eliana Borges G.R. da Silva e Paulo Henrique Bonfim Xavier (SEDS), Jiane da Penha Caldeira (SDE), Claudia Pietro Contento (SDUH), Flavio Antonio Gomes de Azevedo (aguardando publicação- SEE), Vera Lúcia Sant'Anna Martins (IMESC), Jurema Reis C. Panza e Edison de Almeida (FDE), Natache K.Costa de Oliveira (F.CASA), Joselaine Ida da Cruz (CEBRID), Sumaia I. Smaira (UNESP), Sebastiana da Silva Fontes e Aldemyro de Figueiredo Rolim (ABRAMD), Debora Gomes de M. Santos (LEIPSI), Ana Cecilia P.R. Marques (ABEAD), Filipe A.Yamaki (PROAD), Lucia Decot Sdoia e Maiquel Gorin (IPH), Ronaldo Luiz Rissetto (FEAE), Lucas Roncati Guirado (FEBRACT), Jorge Artur C.Floriani (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA), Marta Elena Reis e Michele Cury (aguardando publicação-CEFATEF), Andreza do Nascimento Almeida (PBPD), Solange Aparecida Mendes da Silva (PS), Cecília Galício Brandão (ACUCA), João Paulo B. Lopes (DPF), Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC), Lisiane Cristina Braecher (MPF), Vitor Ortiz A de Barros (DPESP), Maria do Pérpetuo S.S. Nóbrega (COREN), Silvia de Oliveira S. Cazanave (CRF), Kalil Bueno Abdalla (CREMESP), Laura Sahm Shdaior e Maria Angélica C. Comis (CRP), Patricia Ferreira da Silva (CRESS) e Gabriella Arima de Carvalho (OAB).

Justificaram: Sandra Montagna Barelli (CRS -email 27/09), Alessandra Santos Conversani (SAP – e-mail 28/09), Layla Sueiro L. da Silva (SDE – e-mail 27/09), Fabio Carezzato (GREA- e-mail 02/10), Ana Lúcia Menezes Vieira (MPESP-e-mail 27/09), Vera Lúcia R.N. Hansen (CRF – E-mail 28/09),

Sem justificativa: Jaleson Nunes Magalhães e Luis Carlos R;Mendes (S.Esportes), Yara Nobrega Toscano (SAP), Ricardo Abrantes do Amaral (GREA),João Climaco Penna Trindade e Guilherme Peres Messa (S. CASA), Thalita Ferreira Dias e Laura de Souza Cury (ACT) e Luiz Alberto S.Bevillacqua (MPESP).

Ouvintes: Laura Pilot, Bruno Logan, Thiago Buscaioli (COAMD Juquitiba) e Karen Billalta Yamarato (F.Casa).

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 21 de setembro de 2023

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos** os **Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **178ª Reunião Ordinária** a realizar-se no **dia 28 de setembro de 2023,** no período das 09h às 12h, de forma virtual pela plataforma Teams

Senhor Conselheiro, participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião.

*** Conforme deliberado na 175ª Reunião ordinária, em reuniões on-line as câmeras deverão estar abertas.**

PAUTA

1. **Aprovação da Ata da 177ª Reunião Ordinária (5');**
2. **Informes Gerais (15');**
   a) **Reunião COPEN – Colégio de Presidentes Estaduais sobre Drogas (5');**

b) **Reunião da SENAD – Secretaria Nacional sobre Drogas (5');**

c) **Resposta Secretaria da Saúde- Comissão Cannabis**

3. **COMUDA – (05');**
4. **Organização para as visitas técnicas (HUB, Casas Terapêuticas e Espaço Prevenir (60');**
5. **Comissões Temporárias**

Marcos Paulo de Oliveira Alves
Secretário Executivo

Atenção: Conforme Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19

1.§ 4º – O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.

2.§ 5º - O disposto no §4º deste artigo não se aplica:

1 – à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;

2 – à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do CONED." (N.R.)

Conforme Regimento Interno vigente - Capítulo VI

§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.

§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias uteis após a reunião a que se referir

§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

O Vice-Presidente (devido a problemas na estrada a Presidente e o Secretário estão presos no trânsito) inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Pergunta se a gravação foi iniciada. **Verinha** diz que sim. **Lucas** solicita que as câmeras estejam abertas nas reuniões virtuais. Passa para o item 1 que é aprovação da Ata anterior. Pergunta se alguém tem alguma observação a fazer. **Maria Angélica** pede a palavra e diz que lendo a ata notou que faltaram perguntas que ela realizou para Gleuda. Pergunta se ela pode sistematizar as mesmas e enviar. **Lucas** diz que sim. Ela diz que irá enviar até o fim do dia. **Jorge** diz que não leu a Ata e cita que depois da fala da Angélica irá ler no período da tarde e se houver alguma consideração ele encaminhará. **Silvia** diz que ela não participou da última reunião e consta o nome dela como participante. **Verinha** explica que enviou uma segunda minuta com os nomes corretos pois a anterior não havia salvado os dados digitados. Pergunta se ela viu. Ela diz que não. **Andreza** pede a palavra e diz que por questão de ordem quer incluir na pauta um item sobre nossa agenda junto com a pauta de comissões. **Andreza** fala que é preciso incluir sempre a aprovação da pauta antes da aprovação da Ata e cita que não temos este costume. Fala que não se trará de instalar a pauta, mas de como que a pauta vai ser tratada ao longo da reunião. **Lucas** volta para a aprovação da Ata 177 com suas ressalvas e diz que quem não aprova que levante a mão. **Maria Angélica** pergunta se irão ser inseridas suas considerações mesmo a ata sendo aprovada. **Lucas** diz que no seu entendimento a Ata fica aprovada com ressalvas. **Maria Angélica** diz que se for assim ela concorda. **Ata 177ª aprovada** (considerando o quórum) **por unanimidade com as devidas ressalvas**. **Lucas** passa para os informes e diz que o item a e b dependem de informações da Presidente pois foi a mesma quem participou das reuniões. Sugere passar para o Item 3 sobre o COMUDA e passa a palavra para Cecilia. **Cecília** diz que o COMUDA está no meio do processo da oitava Conferência Municipal de Álcool e Drogas. Diz que esta edição está bastante importante pois pela primeira vez houve a participação de crianças e adolescentes nas Conferências. A plenária do COMUDA aprovou e foi enviado convite para a Secretaria da Educação convidando para que os alunos participassem. A Secretaria enviou 390 alunos e 39 professores da rede pública municipal representando as 13 diretorias regionais de educação. Diz que a conferência foi muito bonita com a participação das crianças discutindo e construindo políticas públicas. Fala que é preciso refletir sobre serem realizadas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais. Cita que esta é a

maneira de escutar as pessoas e de promover a verdadeira participação e controle social. Diz que com referência ao Centro de Convivência e Cooperativa as tratativas continuam junto a Secretaria de Governo. **Lucas** agradece e pergunta se alguém quer fazer algum questionamento para Cecília sobre o apresentado por ela. **Andreza** pergunta se Cecilia poderia repassar informes sobre o andamento dos trabalhos legislativos relacionados a cracolândia (Câmara e Alesp) e sobre as comissões. **Cecilia** diz que não tem como dar informações porque não estão participando por conta das atividades do COMUDA. **Maria Angélica** cita que no ano de 2022 a comissão extraordinária de direitos humanos da Câmara dos vereadores junto com a comissão de direitos humanos da assembleia legislativa criou um grupo de trabalho interinstitucional sobre a Cracolândia. Cita que em 2022 foram realizadas reuniões tanto na Câmara dos Vereadores como na assembleia legislativa. Diz que o intuito desse grupo era fazer escuta dos trabalhadores, moradores, usuários e especialistas. Foi gerado um relatório. Diz que acompanhou na época como sociedade civil. Diz que tinham críticas a esse relatório que foi realizado porque ele ficou muito técnico. Não traduziu tanto a fala dos moradores. Explica que este ano o Deputado Eduardo Suplicy está na comissão de direitos humanos da assembleia legislativa e a Vereadora Luna Zarattini que está na presidência da comissão de direitos humanos na Câmara, resolveram retomar esse grupo de trabalho. Diz que ainda faltam algumas deliberações como por exemplo este grupo ser vinculado à comissão de direitos humanos da ALESP, porque ainda não foi votado por falta de quórum na reunião da comissão de direitos humanos. Assim, o Deputado Suplicy está atuando neste GT, enquanto seu próprio mandato e não como comissão de direitos humanos. Cita que em julho houve uma primeira audiência pública para retomada deste GT e que em 14 de setembro houve a primeira reunião na Câmara dos Vereadores. Diz que foram feitos vários convites para que as secretarias de estado e do município enviassem representantes. Só houve resposta do governo do estado do CONED e da Segurança Pública. Cita que não responderam: Desenvolvimento Social, Saúde, Justiça e Cidadania. Das Secretarias municipais apenas respondeu a de Direitos Humanos. Diz que na primeira reunião dia 14/09 foi apresentado o que foi apresentado de metodologia, o que foi escutado, os questionamentos das pessoas que participaram do grupo de trabalho anterior e as pessoas que participaram do relatório e apresentada a proposta de cronograma e metodologia para o GT deste ano. Diz que a próxima reunião será no dia 23 de outubro na assembleia legislativa. Cita que será enviado e-mail para os membros e o convite é estendido a quem quiser participar. A ideia é que se consiga tirar deste grupo um documento que seja norteador de políticas públicas e não apenas um relatório de queixas. **Lucas** agradece e passa a palavra para Eliana. **Eliana** cumprimenta a todos e pede desculpas pois houve problemas com o metrô. Diz que ficou muito feliz com afala da Cecilia de que crianças participaram das pré-conferências de políticas sobre drogas. Cita que quando era conselheira tutelar em Minas Gerais levou crianças para conferência municipal e depois para a estadual. Diz que só conseguimos crescer ouvindo quem realmente é beneficiário. Diz que tentará participar de uma das pré-conferências que será realizada no dia seguinte da reunião. Fala para Maria Angélica que acha que foi enviado para o gabinete do Secretário um e-mail com a solicitação de um membro para participar do GT. Diz que ela e Paulo participaram da reunião. Diz que vai ver com o gabinete porque não responderam oficialmente. Passa a palavra para o Lucas dar sequência aos trabalhos. **Lucas** aproveita para informar que ele participará de um evento promovido pelos espanhóis que irá começar as 10h30 do dia e que ele será palestrante e terá que se ausentar da reunião. Pergunta se alguém tem mais algum comentário referente a fala da Cecilia. **Andreza** propõe encaminhamento sobre a questão do COMUDA e diz que solicita ao CONED para pedir que o COMUDA traga os informes desta comissão, seus desdobramentos e agenda. **Lucas** passa para o **Marcos** que dá um informe e diz para Angélica que na Justiça a indicada foi a Verinha e que irá verificar sobre o encaminhamento da indicação. **Maria Angélica** pede a palavra e diz que quer responder a Andreza em

relação que não é um conselho e sim um grupo de trabalho. Ele não tem uma regulamentação como um Conselho Estadual ou municipal. É um grupo de trabalho criado entre os dois poderes. Legislativo estadual e municipal com intuito de pensar políticas públicas e propor para o poder executivo municipal e estadual. Diz que no primeiro GT de 2022 resolvemos fazer um exercício de ampliar os convites para que tivesse representação do governo do estado, do município e da sociedade civil. Em se falando de conselhos foram convidados CONED, COMUDA, Comitê POP Rua, CONDEPE. Também tem a ouvidoria da polícia. Diz que também é previsto a participação de cinco usuários e cinco moradores. Isso é para tentar escutar todas as vozes. A ideia é de que não seja reunião como audiência pública. Cita que não é um grupo de controle social e sim um Grupo de Trabalho. **Cecília** diz que o COMUDA participou de todas as reuniões do GTI, excepcionalmente na reunião do dia 14 pois era a abertura das pré-conferências municipais. Infelizmente como o COMUDA é um conselho menor que o CONED não temos como cobrir todos os eventos e todas as agendas. A executiva do COMUDA é composta por sociedade civil e todos tem suas atribuições de trabalho. Fala que se a proposta é do CONED ajudar o COMUDA é muito bom. Precisamos saber qual foi a participação do CONED no GTI e qual o informe que o CONED tem a fazer. Diz que é fundamental dizer que o COMUDA participou ativamente do GTI e que continuará participando. **Eliana** fala que com respeito a fala da Andreza diz que já temos representantes do COMUDA e que todo mês eles têm um tempo na pauta para dar os informes. Temos que entender as instâncias, não cabe ao CONED ser uma instância acima do COMUDA. Não trabalhamos nesses princípios. É preciso tomar cuidado com o que solicitar um para o outro. Diz que neste GTI atuará como COED, SEDS e CONED. **Andreza** fala que talvez não tenha se expressado corretamente diz que o queria dizer é a respeito do Relatório que foi realizado pelo GTI anterior. Fala que tínhamos uma agenda no CONED na gestão anterior para tratar das questões da Cracolândia talvez com este relatório possamos dar andamento nas discussões. **Eliana** diz que a Maria Angélica ou Cecília já disponibilizaram este relatório há algum tempo. **Maria Angélica** diz que não estava na coordenação desse grupo de trabalho. Era membro como várias outras pessoas. Diz que o que recebeu da Câmara dos vereadores foi um relatório impresso que foi executado por uma consultoria que atuava no gabinete do Vereador (na época) Eduardo Suplicy e este relatório foi bastante divulgado. **Lucas** diz que tendo esgotado este assunto propõe para Presidente retornar ao segundo tópico da pauta dos informes – Reunião COPEN e SENAD. **Eliana** fala que a SENAD convocou todos os presidentes dos conselhos estaduais para reunião que estão chamando de Inter federativa. É uma proposta para que antes de todas as reuniões do CONAD deverá acontecer esta Inter federativa. Cita que a reunião do CONAD deverá ser realizada em 23/10. Fala sobre o que foi comunicado na reunião e um dos pontos é que o CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas se reunirá apenas duas vezes ao ano. Fala que questionaram sobre o fato pois o Conselho deveria se reunir pelo menos trimestralmente. Pediram para que fosse colocado na ata. Diz para Cecilia que como sociedade civil podem questionar pois tem mais força para pressionar sobre a realização de mais reuniões. **Eliana** diz que escreveu vários pontos da reunião e passa os mesmos para os conselheiros: 1) Irão focar na parte de estudos, pesquisas e prevenção e populações específicas (criança, adolescente, mulheres, indígenas, população em situação de rua). Fala que solicitou a inclusão do grupo da diversidade. Cita que dentro da pasta de prevenção eles irão trabalhar diretrizes de uma campanha nacional veiculada na imprensa oficial. Diz que irão trazer para o Brasil e implementar alguns programas internacionais já validados junto com UNODC. Dentre eles está o hastag, tamujuntos, famílias fortes e também trabalhar a formação de gestores para estratégias de monitoramento e implementação de novas políticas públicas voltadas a questão da dependência química. Este será o foco da SENAD pelo menos até o final deste ano e o próximo ano. Cita que após, cada conselho que foram 23 e não estiveram presentes Sergipe e Goiás, relataram qual sua composição, dificuldades, estratégias. Foram colocadas várias

pontuações e relata o que mais chamou sua atenção. O estado de São Paulo e Amazonas são os dois únicos estados que não tem fundo estadual sobre drogas. Cita como vamos pedir recursos? Fala para Cecilia que solicitaram quais os valores que estão depositados no fundo. Não foi passado os valores, mas uma pessoa do Mato Grosso do Sul diz que o fundo hoje detém mais de 200 milhões e não foi repassado nada aos estados, sendo que os leilões foram feitos pelos estados. **Eliana** diz que São Paulo fez vários leilões e não recebemos um centavo de volta. **Cecilia** diz que tem uma publicação do valor do fundo e este tem 224 milhões. **Eliana** fala que este é um ponto que precisamos ficar atentos. Cita que a composição dos conselhos fica entre 14 a 24 membros. Diz que nós destoamos pela quantidade de membros. Sobre a estrutura, tem conselhos com sede própria e outros funcionando de forma muito precária. Diz que houve pontos que foram unanimes entre todos. O CONAD precisa dar retaguarda aos Conselhos Estaduais assim como o Estadual deve dar aos Conselhos Municipais. Nenhum conselho é forte o suficiente se não tem recurso financeiro. Vemos a força e o poder que tem o conselho de assistência, da criança e adolescente, porque tem recurso e eles são deliberativos. Fala que ser o conselho não tem recurso e é sem capacidade de ser deliberativo, acaba falando para ele mesmo. Ninguém vai nos ouvir e acabamos dependendo da boa vontade de ser ouvido quando deveríamos ter um conselho que fosse deliberativo quanto a política sobre drogas. Fala que o COPEN (Colegiado de Presidentes Estaduais sobre Drogas) que é o Conselho que reúne todos os conselhos estaduais, deverá entregar uma carta (realizada pelo colegiado), que ela não sabe se será lida na reunião do CONAD que contem as nossas solicitações e pontos nevrálgicos como: a) Cofinanciamento dos estados; b) que o governo federal ao invés de fechar parcerias exclusivamente com organizações, pudesse estar financiando os estados e os estados respeitando as diretrizes dos seus conselhos na politica sobre drogas.
como suporte para que tenhamos todos os municípios constituindo seu CPF (Conselho, Plano e Fundo). Diz que estes pontos foram o que mais ficaram eminentes. **Eliana** diz que outra questão que foi entregue, mas não viram interesse da SENAD é de que os Conselhos querem entender como a SENAD faz alguns editais onde os Conselhos, os municípios não foram ouvidos. Foi solicitado para que estas informações fossem repassadas, mas não acreditam que isso irá acontecer. Fala que isto aconteceu no período da manhã. Cita que no período da tarde foram divididos por regiões. Ficamos na região sul e sudeste e objetivo era debater a relação com o judiciário, com a sociedade civil e com o executivo e o que esperamos da SENAD. Fala que não houve muito tempo para debate. Deverá haver uma reunião on-line para continuar a discussão. Cita que foi falado que nessa primeira reunião do CONAD a prioridade deve ser a aprovação do Regimento Interno, então os pontos que foram levados provavelmente não deverão ser pauta. Cita que eles disseram que deverão se reunir e dar um retorno. **Eliana** diz que perceberam que eles estão tentando se reestruturar, organizar (muitos funcionários novos) e temos que aguardar os próximos passos. **Eliana** fala que o que é urgente para nós o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas. Aproveita o momento e cita que na tarde anterior teve uma longa reunião com a Gleuda (assessora do vice-governador) e houve a discussão de qual a força que o executivo irá nos dar para que tenhamos aprovação do fundo. Diz que ela ficou de dar uma posição pois o estado montou uma comissão que está cuidando de ver em todos os setores que precisam criar o fundo. Gleuda deverá passar o contato. **Eliana** fala que tem duas questões de fundo que acha extremamente interessante. Diz que no Maranhão, parte do ICMS arrecadado com a venda de álcool de origem da mandioca, é depositado no fundo. Não fica só com os ativos da venda de bens dos leilões do tráfico. Diz que o Mato Groso do Sul também tem uma parte do ICMS arrecadado (não lembra de que), que vai para o fundo. **Eliana** fala que o que podemos buscar agora que estamos formando a comissão e ver nestes estados o modelo da legislação que permitiram esta arrecadação. **Rogério** fala que a vinculação de receita tributária, impostos em tese é inconstitucional, então não poderia ter vinculação de impostos direcionado ao fundo. Diz que eventualmente outras receitas podem

ser verificadas. **Eliana** diz que irá solicitar aos dois presidentes a lei dos fundos deles para podermos ter como base. **Andreza** pergunta se é convocação oficial a data colocada pela presidente sobre a reunião do CONAD pois ela recebeu de um grupo de mulheres que a data seria dia 20. Outra questão é sobre podermos discutir sobre os assuntos que serão debatidos no CONAD. Poderíamos tirar uma posição que seria levada pela presidente. **Eliana** responde para Andreza. Diz que o COPEN não tem convocação porque não temos cadeira no CONAD. Quanto a data da reunião diz que recebeu como dia 23 mas que ela fique atenta. Quanto a levarmos o debate, explica que o COPEN é um colegiado de presidentes dos conselhos estaduais e temos um presidente que representa o colegiado. Estamos terminando o Regimento Interno e não temos reunião com periodicidade. Fizemos pressão junto a SENAD para que tivesse as nomeações e a primeira reunião do CONAD que até hoje não havia acontecido. Não tivemos tempo para outras colocações pois estávamos aguardando o chamado do governo federal. Diz que quando tiver pauta antecipada apresentará ao conselho. Repete que o COPEN é um colegiado para debates. **Verinha** diz que quanto ao fundo o CONED já fez consulta na Secretaria da Fazenda sobre receber porcentagem do ICMS e a resposta foi não autorizado (conforme explicação do Dr. Rogério). **Eliana** pergunta ao Dr. Rogério se não podemos ter vinculação de imposto ao fundo? **Rogério** explica que só se tiver previsão na Constituição. **Eliana** fala sobre repasse ao conselho para manutenção de estrutura. **Rogério** diz que aí é critério de conveniência. Diz que seria como fundo do idoso, da criança e adolescente é a oportunidade do executivo na formação da proposta orçamentária e depois disso o aceite na casa legislativa. Existe o não direcionamento de imposto e sim a renúncia fiscal de imposto de renda que você pode direcionar o valor renunciado aos conselhos. **Eliana** fala se o estado, como a Verinha falou que já fez a consulta a fazenda de possibilidade de repasse ao conselho que não quer dizer ao fundo, o conselho tem rubrica orçamentária e aí dependeria de o estado querer fazer o repasse. **Rogério** diz que estaria submetido aos dissabores da formação da peça orçamentária. No caso do CONED, Secretaria da Justiça deve trabalhar na formação dessa dotação orçamentária ou com o caminho das pedras padrão da formação do projeto de Lei. **Andreza** fala sobre a questão do fundo e que na última reunião foi dito que foi rejeitado por vicio de iniciativa. Isto é que a proposta foi feita pelo executivo. Queria entender. **Eliana** diz que a iniciativa tem que ser do executivo e havia sido feita pelo legislativo. **Andreza** pergunta qual o encaminhamento que vamos tomar? Fala se iriamos retomar a ideia de fazer uma reunião com o gabinete, não necessariamente com o vice- governador mas talvez com o gabinete do vice-governador para buscar um caminho para construir o fundo e também falar sobre questões pendente como nossa participação nos Gts de governo. **Eliana** diz que ela estando no executivo sabe que para agendar uma reunião é preciso que as coisas a serem levadas estejam quase prontas senão fica no debate e não irá para frente. Cita que se é de iniciativa do executivo, não adianta esperar que alguém do executivo vá criar isso do nada. Fala que o conselho está no momento propício para isso, para propor um modelo de lei. Diz que conversou com seu Secretario (do desenvolvimento social), com a Gleuda, e esta deverá passar os contatos das pessoas no governo responsáveis pelos fundos e a gente já entrega a nossa proposta, assim como esta acontecendo com o Conselhos da assistência social. Eles estão revisando a lei, uma série de questões que é de iniciativa do executivo, organizaram e o Secretario apresentou. Diz que é muito mais rápido trabalharmos com poucas pessoas. Cita que a Verinha criou um grupo que não tem condições de ser grande. Precisamos do jurídico para a redação. Diz que vamos buscar modelos de outros estados e analisamos o que viável ou não. Fala que uma questão que Conselhos Estaduais cujo fundo está vinculado com a gestão do executivo e ai o conselho acaba não tendo recurso nenhum. Fala que são pegadinhas que não podemos correr o risco. Fala que este grupo de trabalho deveria ser formado por 3 ou 4 pessoas que elaboram a redação, depois passa para o grupo todo, é feita discussão. Diz que ficou assustada em saber que tem uma comissão que está discutindo a criação de

diversos fundos. Cita que enquanto coordenadora não tinha conhecimento e nem nós como conselho. Vamos pegar a lei que teve vicio de iniciativa e ver se é uma lei boa pois pode ter uma boa redação e aí podemos fazer alterações e aí o executivo apresenta. **Patrícia** representa o CRESS diz que faz parte do Conselho estadual de assistência social e quer pontuar sobre duas coisas: Uma sobre a participação nos espaços nacionais seja por convocação ou não, as reuniões do CONAD precisam ser abertas para participação. Diz que no CONSEAS têm investido na ampliação da participação nesses espaços. Fazemos um esforço para que os segmentos estejam representados. Pergunta como o CONED pensa a participação social nesses espaços e como a gente consegue viabilizar. O segundo ponto é sobre o PL. No CONSEAS não fazemos grupo menor, muito pelo contrário, a discussão é ampliada, mesmo na plenária porque a discussão de um projeto de lei está para além dos conhecimentos jurídicos. A sugestão dela é que não fique um grupo menor, mas que se discuta na plenária. **Eliana** fala que talvez não tenha se feito entender. Diz que o CONSEAS está discutindo toda a lei dele. Aqui estamos falando da criação de um fundo estadual de políticas sobre drogas. A proposta é que a redação seja feita por um grupo menor e depois levar para discussão na plenária. Podemos precisar de mais reuniões. Quanto ao outro ponto de participação de segmentos. Explica que a reunião que participou foi a SENAD chamou os presidentes estaduais dos conselhos sobre drogas. Não é para reunião do CONAD. Fala que não entendeu a colocação da Patrícia enquanto a ir as reuniões e levarem várias pessoas. Pergunta se são as reuniões com Governo federal ou está falando só da reunião do Conselho Nacional e nesse caso quem paga por estes custos? Cita que no caso da participação dela quem pagou foi o governo federal. **Patrícia** diz que como exemplo o Conselho Nacional de Assistência Social custeia algumas ações e tem o que é custeado pelo governo estadual e o SUS. Temos um decreto estadual fala sobre diárias. Precisamos verificar qual o recurso que o CONED tem principalmente para sociedade civil.

Eliana fala que agora entendeu que ela está falando sobre as reuniões com o Conselho Nacional CNAS e não reuniões com governo federal. Aproveita a oportunidade e fala que havia ficado de solicitar ao conselho estadual duas vagas para o CONED participar da conferência estadual que irá acontecer em novembro. Diz que conversou e tem vaga de observador ou de convidado. A questão é quem iria custear a participação do CONED. Diz que irá levantar sobre a questão junto com Marcos. Lembra que como não temos recursos financeiros deixamos de participar em vários espaços de controles sociais e debates públicos. Pergunta se podemos passar para o próximo item ou fazemos um intervalo. Todos decidem por intervalo. Após o intervalo **Marcos** passa para **o item C** -resposta da Secretaria da Saúde sobre nossa consulta sobre a Comissão Cannabis. Lê o documento recebido. Segue abaixo cópia do ofício recebido.

Secretaria de Saúde de SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Processo: 019.00000939/2023-98
Interessado: Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas CONED
Assunto: Ofício 09 CONED – Solicitação de Informações
Despacho em: 28/08/2023

Trata-se de solicitação de informações referente da Comissão de trabalho para a regulamentação da Lei 17.618, deliberações e agendas futuras.

Em atenção ao solicitado, temos a informa:

Aos 31 de janeiro de 2023, é sancionada a lei 17.618, o que dá ensejo de Comissão de Trabalho (CT-CANNABIS SES)

Já em quatorze de fevereiro de 2023 é publicada a Resolução SS 18 que constitui Comissão de Trabalho para instituir a política de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahidrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Esta Comissão de Trabalho (CT) é formada por 41 membros, constituída de técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, representantes das Associações Médicas, Conselhos, Faculdades de Medicina do Estado de São Paulo, Ordem dos Advogados de Brasil – São Paulo, Ministério Público de São Paulo, Tribunal de Justiça de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Associações de pacientes.

Segue abaixo, um cronograma detalhado das atividades da Comissão

31/01/2023 – o Governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas sanciona a Lei nº 17.618, o que dá ensejo à criação da Comissão de Trabalho (CT).

13/02/2023 – o Secretário de Estado da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva, publica a Resolução SS nº 18, definindo as instituições que constituirão a Comissão de Trabalho.

06/03/2023 - o Secretário de Estado da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva, publica a Resolução SS nº 31, indicando membros da Comissão.

14/03/2023 - o Secretário de Estado da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva, publica a Resolução SS nº 33, complementando membros da Comissão.

20/03/2023 – o Secretário de Estado da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva abre a primeira reunião da Comissão, onde é apresentado e aprovado o plano de trabalho.

12/04/2023 - na segunda reunião da CT fica estabelecido adotar critérios metodológicos consistentes para avaliação das informações disponíveis na literatura médica e, com esta finalidade, organizar oficina de alinhamento.

Todos os participantes da CT são convidados individualmente a participar de 5 subgrupos: *neuropediatria, psiquiatria, dor/oncologia, gastroenterologia e oftalmologia,* destinados a definir as condições clínicas onde medicamentos derivados de canabis possam estar indicados.

22/04/2023 – o professor Wanderley Bernardo coordena oficina de alinhamento de metodologia.

09/05/2023 - realizada reunião do subgrupo neuropediatria, que definiu 3 indicações clínicas: Síndrome de Dravet, Síndrome de Lennox-Gastaut e espasticidade associada a esclerose tuberosa.

10/05/2023 - realizada reunião do subgrupo psiquiatria, que não encontrou condições clínicas onde haja evidência consistente de benefício clínico para uso de canabinoides.

10/05/2023 - realizada reunião do subgrupo oftalmologia, que não encontrou condições clínicas onde haja evidência consistente de benefício clínico para uso de canabinoides.

12/05/2023 - realizada reunião do subgrupo dor/oncologia, que não encontrou condições clínicas onde haja evidência consistente de benefício clínico para uso de canabinoides. Considerar-se-á oportunamente quando usar canabinoides "compassivamente" em outras situações caracterizadas por dor não responsiva a outras terapêuticas.

12/05/2023 - realizada reunião do subgrupo gastroenterologia, que não encontrou condições clínicas onde haja evidência consistente de benefício clínico para uso de canabinoides.

A Secretaria de Estado da Saúde elaborou a lista de produtos à base de cannabis aprovados pela ANVISA e disponíveis no Brasil, apropriados para as indicações já definidas pela CT-CANNABIS.

24/05/2023 – realizado reunião do subgrupo dor/oncologia para definição de critérios para administrar canabinóides em pacientes com dor crônica refratária e definir critérios para o acompanhamento daqueles assim tratados.

29/05/2023 – reunião na SES com o deputado Caio França e representantes de pacientes da CT-CANNABIS SES.

01/06/2023 - reunião da CT-CANNABIS SES (todos os membros) para apresentação dos resultados dos trabalhos até o momento, sendo, na ocasião aprovadas as indicações definidas pelo subgrupo neurologia e pediatria, nomeadamente Síndromes de Dravet e Lennox-Gastaut, bem como esclerose tuberosa.

14/06/2023 – reunião do subgrupo dor/oncologia para definições no detalhamento do tratamento da dor crônica, medicamentos, dosagem, efeitos adversos e tratamentos entre outras coisas.

01/09/2023 – reunião da CT-CANNABIS SES (todos os membros) para apresentação e aprovação da minuta do Decreto de regulamentação da Lei e da minuta do Protocolo Clínico e Diretrizes.

Etapas em andamento:

- ✓ Ata de preços destinada ao planejamento das aquisições.
- ✓ Elaboração de instrumentos de acompanhamento e dispensação.
- ✓ Planejamento da dispensação e acompanhamento dos pacientes tratados.

Próximas etapas:

- ✓ Aprovação e publicação do Decreto que regulamenta a Lei
- ✓ Dispensação e acompanhamento.

José Luiz Gomes do Amaral
Coordenador da Comissão de Trabalho
RG: 4.413.679-1

Após a leitura **Eliana** questiona se alguém tem alguma pergunta. **Marcos** diz que a Andreza tinha interesse no tema. **Eliana** diz que ela que fez a proposta de enviarmos o ofício solicitando as informações. Pergunta se ela tem alguma pontuação. **Andreza** diz que o objetivo era de que pudéssemos participar dessa comissão. Diz que não viu nenhuma possibilidade de nossa participação na comissão. Cita que existe uma agenda futura. Pergunta se houve alguma negociação no sentido de participarmos do GT? **Eliana** diz que não viu agenda futura. **Andreza** diz que no final do documento. **Eliana** diz que no final do documento a agenda não é da comissão. É uma parte técnica sobre valores e estratégias de compra. **Andreza** diz que ainda nesse ponto de pauta gostaria de saber sobre nossa agenda nesse sentido. Um ponto era de ouvir as pessoas que utilizam a cannabis medicinal. Outro é que tínhamos combinado de fazer um seminário sobre o tema - maconha sintética. Acha que o relatório recebido poderia ser apresentado nesse evento. **Eliana** diz que o que lembra era um seminário para discutir a maconha sintética e as drogas K. Lembra que o que estava gerando dúvidas era de quem convidar. Sabemos que agora que se iniciaram as pesquisas existem olhares, percepções e de cuidado de danos que queremos ouvir. Fala que não podemos misturar os conteúdos da câmara temática e da maconha sintética. **Aldemyro** diz que no documento está mencionado vários subgrupos. Apontam que não encontraram condições clínicas e evidências consistentes. Pergunta se o documento está disponível para que possamos fazer uma leitura e ver qual é a contraposição desses subgrupos. **Eliana** diz que podemos solicitar. Cita que todo documento produz relatórios. Pergunta se é isso? **Aldemyro** diz que não é relatório da reunião e sim de laudo técnico porque eles disseram que não existe condições de aplicação. Aí fizeram um laudo técnico para justificar a resposta dada. Ele gostaria desses laudos para entender e submeter a outras pessoas, outros especialistas para saber como chegaram a esta conclusão. **Eliana** diz que entendeu a solicitação do Miro. Lembra que havia um membro do CONED que participou da Comissão. **Marcos** lembra que foi a Gabriella. **Gabriella** diz que nunca foi apresentado um laudo especificamente. Diz que o que foi apresentado foram apresentações em powerpoint. Uma das nossas críticas, eu como representante de uma associação de pacientes a Cultive, fala que na comissão tem duas representações da sociedade civil de pacientes e a parceria com o Deputado Caio França que foi quem propôs o projeto de lei. Diz que tentaram o tempo todo contradizer as alegações que não havia evidências. Só que o que acontece, tínhamos discussões nos subgrupos, mas o governo sempre vinha com apresentação pronta. Neste material tinha a discussão da classe médica, mas uma classe médica que está completamente descolada da realidade, do tratamento com a cannabis. Fomos voto vencido. Aí eles concluíram que não havia evidências científicas o suficiente para diversas doenças, limitando só as três mencionadas e excluindo o autismo. Diz que pelo que sentiu do processo, foi um trabalho realizado a poucas mãos, tivemos pouca participação efetiva, pouca discussão. Diz que a classe médica representada ali e as universidades, são de médicos que estão de fato completamente descolados do tratamento com cannabis. Então houve essa diferenciação entre o que seria evidência clínica e o que seria evidência científica. Eles desconsideraram por completo evidências clínicas. **Aldemyro** pergunta se o CONED pode solicitar os laudos. Diz que o CONED tem autoridade para isso. Diz que é do nosso interesse. Gabriella diz que sim, até pelo acesso a informação. **Aldemyro** pergunta se vamos querer solicitar os laudos. **Eliana** diz que concorda com Aldemyro e pede para Gabriella se ela pode auxiliar na linguagem correta porque entendeu que eles não produziram laudos. **Aldemyro** diz que é pedir uma revisão biográfica. **Gabriella** diz que é exatamente isso e o que a Secretaria fez foi preparar uma apresentação powerpoint. Diz que não é uma questão de solicitar laudo e sim o embasamento que levaram a essa regulamentação. **Aldemyro** diz que visão bibliográfica é altamente questionável como instrumento científico. **Gabriella** diz que altamente questionável. Cita que apresentaram a nota técnica da ANVISA que a Fiocruz fez a um tempo atrás e foi completamente desconsiderada. Eles entenderam que a Nota técnica da Fiocruz não era

uma Nota técnica e sim uma mera opinião de alguns membros e não de um grupo técnico. **Aldemyro** diz que é preciso requisitar mais informações. **Rogério** diz que leu o documento e este parece ser Ata por ser uma reunião de subgrupo. Diz que não sabe se deve ter sido produzido algo além disso pelo que entendeu da resposta da secretaria de saúde. **Gabriella** diz que não teve acesso a nenhuma ata. **Rogério** diz que parece ser ata do subgrupo. **Gabriella** diz que fez parte de todos os subgrupos e em nenhum recebeu nenhuma ata e pauta das discussões. Diz que salvo engano todas as discussões foram gravadas, então surge a possibilidade de se solicitar as gravações se realmente foram feitas. Diz que as reuniões foram através do zoom ou Teams. **Eliana** pergunta se as reuniões foram on-line? **Gabriella** diz que uma foi realizada presencial que foi a com o Deputado Caio França e a sociedade civil. **Eliana** diz que quer entender. Sobre as comissões eles tem que produzir um documento mesmo porque a comissão foi publicada e isso gera embasamento inclusive para o gasto público pois haverá compras. Pergunta se eles não produziram um relatório final com todas as referências bibliográficas? **Rogério** diz que vendo o ofício cita que talvez na reunião de junho houve a apresentação dos trabalhos. Talvez desta reunião possa ter surgido o relatório final, mas pelo texto do ofício, as reuniões dos subgrupos não foram oficializadas. Só mesmo a reunião da comissão toda. **Rogério** pergunta a Gabriella se ela participou de todas as reuniões dos subgrupos. Ela diz que sim. **Rogério** diz que acha que talvez haja uma ata ou só a mídia da reunião. **Gabriella** diz que esta é uma das críticas que temos feito porque não tivemos acesso a nada. Fala que na última reunião que foi apresentado o decreto que vai regulamentar, recebemos a minuta pronta. Não foi um trabalho coletivo. Nenhum documento atestando as reuniões, só houve troca de e-mails. **Eliana** pergunta se tem um decreto a caminho. **Gabriella** diz que tem uma minuta. Cita que na última reunião foi feita inclusive para se colocar críticas ao decreto para que haja mudanças. **Eliana** pergunta quanto a questão do autismo, fibromialgia epilepsia e outras foi discutido em qual subgrupo? **Gabriella** diz que acha que foi no de neurologia. **Eliana** pergunta se alguém discorda de que se faça solicitação para que nos apresente a mídia ou relatórios finais com os embasamentos? **Ninguém se manifestou**. **Eliana** perguntou se alguém discorda. **Jorge** pergunta o que quer dizer apresentar mídias**?** **Eliana** diz que conforme informações da Gabriella as reuniões foram gravadas. Neste sentido pediremos cópia dessas gravações. **Andreza** diz que tem uma consideração sobre o encaminhamento desse ponto de pauta. Diz que no início da reunião falou sobre uma atividade especifica sobre este tema no sentido de nos aprofundarmos nele. Precisamos fazer este debate tanto na questão do que está acontecendo que é um fluxo vivo, da instalação da questão da cannabis medicinal no SUS. Neste sentido a gente pode ter um espaço de apropriação maior, onde podemos pedir explicações sobre os relatórios, laudos, apresentação de mídia. Sugere a criação de uma comissão de trabalho temporária sobre cannabis. **Aldemyro** diz que são duas coisas: uma que deixemos bem pontuado que o nosso interesse não seja apenas mídias ou atas de reuniões. É sobre como foram produzidos os laudos. O que é preciso saber é o que a produção científica fez para sustentar a opinião. Quais foram as fontes e materiais. O segundo ponto é de que não acha prudente colocar no mesmo grupo os canabinoides sintéticos junto com a maconha medicinal. As discussões são diferentes. **Andreza** concorda. **Eliana** reforça as palavras do Aldemyro que não se pode colocar no mesmo debate canabinoides sintéticos junto com a maconha medicinal, até para que na gere ainda mais preconceitos. **Jorge** pede a palavra e diz que concorda com a fala do Aldemyro de separar o assunto. Outra coisa é sobre o orçamento público. Diz que vai solicitar a sua instituição para fazer análise dos documentos que virão para que ele possa ter uma posição. Achou estranhíssimo o autismo ficar fora do documento. **Eliana** diz que também ficou surpresa pois sabemos dos efeitos da cannabis na fibromialgia, no autismo e na epilepsia. Precisamos entender o embasamento. Temos que saber a raiz para poder questionar. Saber por que só se trabalhou com número reduzido de doenças sendo que outras síndromes tem resultados. Fala que Gabriella citou que acabaram optando por

estudos que já estão com pesquisas pacificadas tem outras que ainda estão em fase final. Diz que as publicações as vezes demoram muito. Pergunta se Gabriella poderá auxiliar na escrita. **Rogério** diz que Gabriella já deixou a sala. **Eliana** pergunta se Aldemyro e Gabriella poderão auxiliar na escrita do ofício junto com Marcos. **Aldemyro** concorda. **Eliana** passa para o ponto debate sobre cannabis medicinal e diz que tem que ser feito um amplo debate dentro do CONED. Não acha que deva estar restrito a um GT. Diz que podemos buscar interlocutores dentro do CONED para acessar esses profissionais para que possamos convidá-los a vir debater conosco. Neste dia podemos disponibilizar link para participação dos COMADS. Entende que é muito mais produtivo. **Andreza** fala que o grupo de trabalho seria para operacionalizar a agenda dos dois seminários. Um sobre maconha medicinal, reunindo os GTs que já estão atuando na questão e outro para maconha sintética. **Eliana** diz que seria um GT onde levaríamos o tema e eles buscariam os profissionais e propor a agenda. **Andreza** concorda. **Paulo** diz que seria comissão pois GT tem que produzir material e comissão é quem faz as articulações e tudo mais para a elaboração. **Eliana** diz que tem uma comissão que discute as publicações do CONED. Diz que este grupo poderia ter uma comissão que poderia nos auxiliar na organização desses seminários. **Paulo** fala que é a comissão editorial. **Andreza** diz que a Comissão editorial tem a função voltada para o Regimento Interno. Diz que poderia ser montada uma comissão para tratar desse assunto. **Eliana** diz que não está pensando que seria uma função da comissão editorial, mas pensa que eles têm condições de realizar essa organização. Diz que a comissão não é só para regimento interno. **Verinha** diz que não. **Paulo** fala que é para tudo que será publicado. **Eliana** diz que as ações podem ser ampliadas. **Marcos** diz que a comissão editorial é para discutir conteúdo, publicações. Não acha o ideal ampliar o escopo da comissão. Fala que tentamos tomar algumas decisões que são extremamente importantes no final das reuniões. Propõe de colocar esta pauta para próxima reunião. **Rogério** diz que precisamos preservar o regimento no sentido de sempre pautar com antecedência até para os conselheiros poderem refletir a respeito das propostas. Diz que pauta surpresa dificulta a tomada de decisão. **Marcos** fala que é exatamente o que o Rogério colocou. Aproveita a oportunidade e diz que a próxima reunião será presencial e o auditório da Secretaria da Justiça já está à disposição. Então convida a todos para que a próxima reunião seja realizada no auditório da Secretaria da Justiça. Diz que a equipe técnica está trabalhando para que a gente consiga realizar reuniões hibridas. Cita que neste momento não será hibrida, mas gostaria que todos conhecessem o espaço. **Filipe** diz que quer se posicionar e acha melhor não delegar a comissão editorial o trabalho de formular evento. Cita que ainda estão debatendo um ajuste de uma política específica que todos membros concordem. Diz que seria importante criar um espaço novo. **Eliana** diz que fica como ponto de pauta para próxima reunião, pensar na criação desse novo espaço, ver quem tem interesse e como podemos organizar. **Marcos** concorda e passa para o próximo ponto da pauta – item 4- Visita técnica (HUB – Casas Terapêuticas e espaço Prevenir). **Eliana** diz que conversou com Dr. Quirino e ele falou que está à disposição. Precisamos nos organizar para criar pequenos grupos para a vista. Seria um grupo por semana. Quanto as Casas Terapêuticas (lembrando que ali é moradia e não serviço de porta aberta) deveria ser um só grupo e este trazer para o debate o que presenciou. Cita que haverá inaugurações em outubro. Dia 11 em Guarulhos e dia 20/10 a da Diversidade. Fala que em novembro será em Osasco. Pede para que Verinha crie os grupos para que os conselheiros se coloquem - qual equipamento querem visitar. **Eliana** passa para o Paulo realizar a apresentação sobre as diferenciações entre Casas Terapêuticas e Casas de Passagem e sobre o espaço Prevenir. **Paulo** diz que a Rede Estadual sobre drogas no âmbito do desenvolvimento social é composta por seis serviços: serviço de acolhimento comunitário; serviço de acolhimento terapêutico residencial; serviço de acolhimento terapêutico híbrido (fase residencial e comunitária); serviço de acolhimento em Republica; Serviço de acolhimento Institucional em Casa de Passagem; Serviço de acolhimento e suporte aos familiares e ex acolhidos da rede

da política estadual sobre drogas (é neste serviço que funciona o espaço Prevenir). Passa para a apresentação.

Paulo Henrique Bonfim Xavier – Diretor Técnico III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Rede da Política Estadual sobre Drogas no âmbito da SEDS:

I. Serviço de acolhimento terapêutico comunitário;
II. Serviço de acolhimento terapêutico residencial;
III. Serviço de acolhimento terapêutico híbrido (comunitário e residencial);
IV. Serviço de acolhimento em república;
V. Serviço de acolhimento institucional em Casa de Passagem;
VI. Serviço de apoio e suporte aos familiares e ex-acolhidos(as) da rede do Política Estadual sobre Drogas.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Rede da Política Estadual sobre Drogas no âmbito da SEDS:

Serviço de acolhimento terapêutico residencial na modalidade CASA TERAPÊUTICAS

Serviço de acolhimento institucional em CASA DE PASSAGEM

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Serviço de acolhimento institucional em CASA DE PASSAGEM

- 02 residências para atender até 20 (vinte) homens em cada uma;
- 01 residência para atender até 10 (dez) mulheres;
- 01 residência para atender o público LGBTQIA+ com capacidade para atender até 10 (dez) pessoas;

Casa de Passagem é um serviço de acolhimento emergencial e transitório para adultos em situação de rua, com vulnerabilidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas, que não demandam cuidados intensivos de saúde.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Serviço de acolhimento terapêutico residencial na modalidade CASA TERAPÊUTICAS

CICLO	FASE	PILAR DA EDUCAÇÃO	TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO
I - Intervenção	Acolher (10 pessoas)	Aprender a conhecer	30 dias
	Despertar (20 pessoas)	Aprender a fazer e Aprender a conviver	60 dias
II - Reintegração Social	Transformar (15 pessoas)	Aprender a ser	180 a 270 dias
III - Autonomia	Caminhar		180 dias

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Houve questionamentos e foram respondidos pelo Paulo. Nada mais havendo **a Presidente** agradece a presença de todos. Na qualidade de secretário, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 28 de setembro de 2023.

Eliana Borges
Presidente

Marcos Paulo de Oliveira Alves
Secretário Executivo